

IMPrensa CATÓLICA E CIDADE.

LILIANE DO SOCORRO CAVALCANTE GOUDINHO*¹

Jornal católico “A palavra”: idealizações sobre a cidade.

No centro de Fedora, metrópole de pedra cinzenta, há um palácio de metal com uma esfera de vidro em cada cômodo. Dentro de cada esfera, vê-se uma cidade azul que é modelo para uma outra Fedora. São as formas que a cidade teria podido tomar se, por uma razão ou por outra, não tivesse se tornado o que é atualmente. (CALVINO, 1990:32)

De todas as cidades imaginárias do viajante Marco Polo apresentadas por Calvino, Fedora parece ser a que mais remete às capitais brasileiras de fins do século XIX e início do XX. Neste período, em meio a um processo de urbanização acelerado, muito mais que adotar um modelo de cidade importado da Europa, foram feitas “pequenas esferas de vidro” com o ideal almejado de “civilização” (SARGES, 2000:16)² e “modernidade”, mas que se constituíram cada uma de forma singular.

Modelos não se realizam plenamente, pois nenhum deles se submete à dinâmica que as cidades assumem com suas particularidades físicas e, sobretudo, não homogeneízam os hábitos de seus moradores. Neste sentido, os projetos sonhados para elas ficam “congelados” e permitem apenas vislumbrar os anseios daqueles que os imaginaram possível.³

¹ Estudante do programa de doutorado da Pontifícia Universidade Católica de São Paulo.

O trabalho apresentado é parte da dissertação de mestrado “Mulheres em ação... (católica) Belém (1939-1947)” defendido na Pontifícia Universidade Católica de São Paulo em 2005 financiado pelo CNPQ.

² Sobre o desejo de construção de uma cidade civilizada, Nazaré Sarges afirma que, em Belém, “A nova ordem econômica e a nova filosofia financeira nascida com a república impunham não somente a reordenação da cidade através de uma política de saneamento e embelezamento, mas também a remodelação dos hábitos e costumes sociais. Era preciso alinhar a cidade aos padrões da civilização européia. Desse modo, a destruição da imagem da cidade desordenada, feia, promíscua, imunda, insalubre e insegura, fazia parte de uma nova estratégia social no sentido de mostrar ao mundo civilizado (entenda-se Europa), que a cidade de Belém era o símbolo do progresso...”.

³ Em alguns estudos que enfocam a questão das cidades brasileiras, percebemos que a vontade de parte dos governantes de construir a cidade modelo, higiênica, se deparava com a dinâmica desta, com o inter-relacionamento destes desejos, com os seus moradores, sendo preciso analisar esta cidade enquanto questão: “A maior parte dos estudos que focalizam o cotidiano urbano reproduz, sem muita crítica, o discurso característico das fontes oficiais – logo, públicas, e mostra-se indicativa mais de um “dever ser” do que de “um ser”, ao apresentar modelos e planos, procurando corrigir, extirpar, estigmatizar as experiências urbanas. Na investigação histórica deve-se atentar para o processo de constituição da cidade-questão numa análise que procure recuperar toda a historicidade desse processo e não reproduza os discursos legitimadores dessas ações”. (MATOS, 2002:34)

Na segunda metade do século XIX, Belém importava um “modelo” de cidade vindo da Europa, mas cabe salientar que este era apenas um aspecto de um projeto civilizatório que não se restringia à cidade, que a sociedade “moderna” tentava implementar e que se formulou com o movimento da ilustração.

Vendo esta nova cidade que se ampliava e se modificava de forma rápida, pensadores⁴ de várias formações perceberam que, no século XIX, a nova ordenação impulsionada principalmente com a revolução industrial havia gerado uma “desordem”. Dessa forma, lançou-se a semente do que mais tarde seria o urbanismo – neologismo criado no fim do século XIX para designar uma forma reflexiva de pensar o fenômeno urbano e que teria a pretensão de cientificidade, apoiando-se nas idéias construídas ao longo deste século.

As idéias que chegavam desde o século XIX até Belém e que se baseavam em modelos de urbanização europeus estavam ligadas a estes pensadores, que viam a cidade desordenada e “doente”. Portanto, fazia-se necessário um planejamento para que o urbano fosse traçado de acordo com as funções humanas, com lugares bem definidos para cada atividade, como lazer, trabalho e habitat. Nesta idealização, o estético era ponto importante, mas dava-se maior ênfase à funcionalidade, que estava ligada ao melhor desenvolvimento das forças produtivas. (CHOAY,1998:4)⁵

Tentava-se, então, adaptar estas novas concepções de organização da cidade, que tinha como maior e mais enfatizado problema a higiene. Os esforços em construir uma cidade higiênica implicavam em mudar não só as ruas, mas também os hábitos dos indivíduos que nela viviam. Esta noção de cidade higiênica continuou presente na imprensa católica do século XX.

Construiu-se um “marco” na vida da capital paraense, uma vez que existia uma cidade antes e outra após a “borracha”. Na primeira metade do século XX, embora a Igreja Católica delineasse uma urbe que deveria se preocupar com a disciplina nos usos dos espaços, podia-se flagrar no jornal católico “A Palavra” a chegada, com a Segunda

⁴ Entre tais pensadores estavam J. Proudhon, Fourier, Owen, Cabet, Richardsom.

⁵ Destaca-se no texto o modelo de cidade progressista, por parecer estar mais presente em Belém. Porém, cabe ressaltar um outro modelo urbanista: o culturalista, que tomou como ponto de partida não o indivíduo, mas os agrupamentos humanos, tendo um planejamento menos rigoroso, dando lugar ao específico no intuito de poder se realizar a totalidade cultural no espaço urbano. Cabe salientar que este modelo não teve representantes franceses, o que talvez explique a maior identificação dos projetos urbanísticos belenenses estarem mais próximos ao modelo funcionalista, sendo forte a influência do discurso higienista.

Grande Guerra, do novo alento aos articulistas que relembavam com pesar o fim do período áureo da economia gomífera no Estado.

Tal nostalgia se devia à percepção desses articulistas, que consideravam ter havido, com a chegada da borracha, um impulso inicial de ordenação de uma cidade melhor, aos moldes europeus. O fim do crescimento econômico acabou com este sonho de cidade ideal e, em 1945, estes articulistas católicos compartilhavam o sentimento de pesar em relação à antiga Belém dos “barões da borracha” com alguns setores da população que se beneficiaram com os lucros auferidos a partir da economia gomífera:

Ao léo.

A borracha Amazônica reaparece nas crônicas, artigos e noticiário dos jornais, despertando um interesse, com o qual, há mais de vinte anos, já se deshabitua. A crise européia, a procura cada vez mais crescente da preciosa goma, a necessidade da matéria para consumo da indústria nacional, sobretudo paulista, e outras muitas circunstâncias de difícil percepção aos leigos, terão determinado esse auspicioso movimento de simpatia e interesse pelo nosso valioso produto de exportação, ao qual já devemos a nossa prosperidade e ao qual, também, podemos atribuir a nossa momentânea decadência, como consequência natural da sua desvalorização(J ornal A palavra 15 de maio de 1941: 1).

A valorização da borracha determinava a prosperidade e a decadência não apenas da cidade, como também de todo o Estado. O artigo continuava chamando atenção para a necessidade de os lucros obtidos com esta nova procura pela borracha amazônica beneficiarem principalmente a região, sugerindo que os industriais paulistas estariam pressionando o governo no sentido de limitar as exportações para outros países, uma vez que precisavam do produto para o consumo das indústrias nacionais, embora estas não oferecessem melhores preços que os concorrentes estrangeiros.

Além da preocupação com os lucros, houve um certo sentimento de rivalidade em relação às regiões do país mais “industrializadas” e “prósperas”, já que no período de “decadência” a Amazônia foi “esquecida”. Neste sentido, percebeu-se a identificação com a corrente urbanista funcionalista que se pautava na idéia de progresso, acreditando que “A revolução industrial foi o acontecimento histórico-chave que acarretará o devir humano e promoverá o bem-estar” (CHOAY, 1988:8). Assim, as regiões que se industrializavam seriam necessariamente mais prósperas, sem, no entanto questionar-se a quem esta prosperidade atingiria.

Ao longo do artigo, havia a preocupação em alertar para a necessidade de obtenção dos maiores lucros possíveis com a borracha, pois a valorização seria momentânea.⁶ Portanto, não existiam expectativas de se “voltar” aos “tempos de prosperidade”, mas, com a breve valorização, haveria uma oportunidade para a reestruturação da economia. Em meio à preocupação de garantir que a economia amazônica fosse impulsionada, a região foi apresentada como homogênea, tendo vivido um período de prosperidade e outro decadente, como se tal ascensão tivesse abarcado todos os moradores e recantos direta ou indiretamente.

Tal percepção pode ser verificada em obras como a de Antonio Penteadó (1968)⁷, que afirmava existir em Belém três períodos bem distintos durante o século XX. No momento inicial, ainda de “progresso” e crescimento, vivia-se a primeira década ligada à prosperidade da economia gomífera.⁸ No segundo momento, vivido no período entre as duas grandes guerras, Belém já não se beneficiava de tal prosperidade econômica, deixando definitivamente de ser a “capital da borracha”.

(...) Todavia, Belém que já deixara de ser a “capital da borracha”, ia conhecer uma das piores fases de sua existência, que corresponde aos anos que se situam entre as duas grandes guerras mundiais, quando chegou, inclusive, a sentir acentuada decadência demográfica (PENTEADO, 1968:161).

Assim como os articulistas católicos, Penteadó afirmava que na década de 40 a cidade ainda estava estagnada. Porém, com a Segunda Grande guerra, o cenário deu os

⁶ “Com a eclosão da Segunda Guerra Mundial, os seringais do Oriente foram ocupados pelos japoneses, obrigando o mercado internacional a se voltar novamente para a produção da Amazônia. Para garantir os preços-tetos do produto, foram estabelecidos os conhecidos ‘Acordos de Washington’ (1942/45) e a criação do Banco de Crédito da Borracha (hoje BASA), com capitais nacionais e norte-americanos, monopolizador da compra e venda da borracha. Apesar dos esforços oficiais, a goma elástica não conseguiu alcançar os índices de produtividade do início do século, em decorrência do caráter emergencial da produção e da finalidade do projeto, encerrando-se a ‘batalha da borracha’ ao final da Segunda Guerra Mundial (1945).” (SARGES,2000:60).

⁷ O autor buscava de forma linear perceber como a cidade se desenvolvia econômica e socialmente, sendo o crescimento demográfico fator importante. A todo o momento havia uma busca pela legitimação da cidade enquanto centro aglutinador e organizador da economia regional, o que se explicaria pela sua privilegiada posição geográfica, embora apresentasse em sua obra problemas urbanos que os moradores de Belém enfrentavam. A idéia de um período áureo e homogêneo, em meados do século XIX e início do XX, foi marcante.

⁸ Este momento, segundo Penteadó, foi marcado por melhorias urbanísticas, crescimento econômico e demográfico, com mudanças na cidade e nos seus habitantes, que teriam adquiridos novos costumes importados principalmente da França. Estava a cidade sobre a administração do intendente Antonio Lemos.

primeiros sinais de alteração, percebidos não só pelo revigoração do comércio da borracha, mas principalmente pelo movimento do seu porto. “As tropas aquarteladas deram novo alento à cidade e uma centelha de esperança brilhou na longa noite amazônica” (PENTEADO, 1968:207) o autor afirmou, ainda, que apenas na década de 50 a cidade retomaria seu crescimento econômico e populacional.⁹

Em algumas fontes estudadas¹⁰, notou-se tal idealização da cidade “capital da borracha” e uma expectativa em relação à década de 40, principalmente durante a Segunda Guerra, como se a partir deste momento, com o revigoração do comércio e a nova política implementada pelo Estado Novo, um novo ciclo de prosperidade um pouco mais tímido pudesse se iniciar. Dessa forma, remetia-se sempre a um passado vivido como um “modelo” que não poderia ser plenamente realizado.

Notícias sobre problemas cotidianos

Mesmo de forma discreta e cautelosa, o discurso do Estado era criticado, pois se voltava para a formação de um mercado interno forte, dando prioridade à estruturação da indústria nacional e à venda de borracha para o mercado interno, o que não seria interessante para a Amazônia.

Além das questões econômicas e políticas, a cidade que se delineava como um “modelo” para a Igreja necessitava de outros elementos ligados à conduta de seus moradores e administradores. Os debates em relação à economia e outras questões bem mais cotidianas, que se fizeram sentir com a movimentação da cidade por conta da segunda guerra, foram flagrados:

Há uma semana, os moradores do bairro da Cidade Velha vêm sofrendo os efeitos das trevas, á guisa de ensaios de defesa a bombardeios aéreos. Às tantas da noite, geralmente na hora do jantar, apagam-se de surpresa, todas as luzes particulares e públicas.

⁹ O terceiro momento, na visão do autor, que sempre tentou explicar através de um determinismo geográfico a propensão da cidade para a prosperidade, foi caracterizado pela recuperação do crescimento econômico e populacional intenso a partir da década de 50, que se devia não à retomada de produção de borracha e sim à sua posição geográfica excelente, que permitiu que este centro urbano tirasse proveito, comandando e organizando uma vasta região.

¹⁰ O jornal católico “A Palavra” e a revista da Juventude Feminina Católica (Órgão oficial da Ação Católica), intitulada “Quero”.

No primeiro dia, os leitores de jornal apressaram-se em explicar que a folha vespertina anunciara o fato que se devia dar em mais um bairro da cidade. Nas demais noites, as trevas teem voltado sem aviso de jornaes nem sirenas de alarme. Felizmente não há balas cujo silvar é apenas substituído pelas vaias silvantes dos gaiatos, surpreendidos nas ruas pela escuridão (Jorna A palavra, sem título, 1 de maio de 1941:17).

A falta de energia foi comentada como um desrespeito aos moradores, que muitas vezes não eram avisados que faltaria luz. Ao mesmo tempo, se falava da “descompostura” dos transeuntes que vaiavam ao serem surpreendidos pela escuridão.

O problema do bairro foi enfatizado e um observador pouco atento poderia concluir que a eletricidade fazia parte do cotidiano da maioria da população, uma vez que a sua falta repentina era motivo para comentários tão eloqüentes. Porém, apenas algumas ruas tinham iluminação e parte muito pequena da população contava com acesso à energia elétrica em domicílio (PENTEADO, 1968: 211).

O que se pode depreender é que, para o autor do artigo, um bairro central não poderia ter este tipo de “problema”. As periferias pareciam não fazer parte desta cidade, que seria “ideal” se sanasse seus problemas estruturais e administrativos e se tais mudanças preservassem costumes católicos.

A falta de energia propiciaria a desordem e transformaria as ruas dos bairros centrais em “locais proibidos”, como tantos outros recantos da cidade. A falta de visibilidade impedia a vigilância, tendo os transeuntes a possibilidade de usarem este espaço como desejassem, sem que fossem identificados, assim como no ato de descompostura daqueles que vaiavam ao serem surpreendidos pela escuridão.

Cabe salientar que, ao mesmo tempo em que aconteciam problemas de abastecimento de gêneros alimentícios na cidade, a falta de luz em um único bairro teve lugar no jornal, enquanto a questão da falta de alimentos foi ignorada:

Nesta época cartões de racionamento foram entregues pela prefeitura aos chefes de todas as famílias recenseadas, com cupons que lhes asseguravam uma quantidade de carne verde, de porcos ou vísceras, duas vezes por semana (RELATÓRIO DA PREFEITURA, 1943-44). A matança alternada um dia sim e outro não foi insuficiente, além dos atropelos naturais do acúmulo de todos os consumidores no mesmo dia. O fornecimento era determinado por família, passando-se meses sem carne e pescado. Formavam-se filas enormes; filas com milhares de pessoas se acotoveland

horas a fio à espera de que açougueiros anunciassem que havia terminado a venda(FONTES, 2000:227).¹¹

O período da Segunda Guerra dificultou para muitos belenenses as condições de vida e trabalho, fazendo com que, muitas vezes, grupos de senhoras da periferia se dirigissem de madrugada para as imensas filas a fim de garantir o abastecimento da casa (FONTES, 2000:227)

Segundo a autora a ocupação das áreas alagadas ao leste de Belém – que antes eram áreas de vacaria localizadas próximas ao centro, mas foram sendo abandonadas à medida que o leite industrializado foi substituindo o consumo de leite natural – foi a opção para o crescimento da cidade, uma vez que havia um “cinturão institucional” que estrangulava sua expansão. Tal bloqueio se deu com a construção do aeroporto de Val-de-Cãs, a ocupação das terras altas pela marinha, Aeronáutica e exército. As dificuldades que tal parte da população encontrava não ganharam relevo nas páginas de “A Palavra”.

Belém, nas páginas católicas, estaria num momento de “reestruturação” e possível retomada de crescimento, saindo de uma “decadência econômica”. Contudo, este crescimento urbano lançou novas questões:

Os “fóros de cidade civilizada” sempre são invocados quando se quer reprimir um abuso ou eliminar algum costume antigo. Provincianismo, atrazo, anacronismo, eis os classificativos que recebe tudo quanto não é imitação das grandes capitais, das metrópoles super movimentadas. Quando se critica qualquer exagero, quando se protesta contra um espetáculo escandaloso, vem logo a resposta sarcástica “Ora, no Rio é assim... Isso é comum em São Paulo...” (Jornal A palavra , civilização 08 de maio de 1943:01).

Os debates referentes à introdução de novos hábitos na cidade foram construídos pelo articulista no sentido de questionar o mimetismo das capitais menores em relação às grandes metrópoles. A pergunta era: Porque imitar as grandes metrópoles em tudo, se elas estavam sendo influenciadas pela “mentalidade moderna” e mediam o grau de

¹¹ No quinto capítulo desta obra, intitulado Belém revisitada, a autora, através de fontes orais, analisa os modos de vida dos trabalhadores da periferia da cidade: “Padeiros e forneiros fazem parte de uma população pobre de Belém e, a partir da sua memória, construíram uma história sobre a cidade. À medida que fomos discutindo a cidade, Belém foi sendo revisitada a partir do presente, e transformando-se num objeto que foi ganhando contornos a medida que suas lembranças foram sendo coletivizadas no grupo”.

civilização das cidades por outros meios e não mais pela cultura (entendendo-se como cultura o saber científico, a erudição):

A cultura não pesa mais na balança das apreciações. Para a mentalidade moderna, a civilização de uma cidade se afere pela altura de seus arranha-céus, pela intensidade de trânsito, pelas operações comerciais, pela desenvoltura e mundanismo dos habitantes, pela animação da vida noturna ou boêmia (se é que isso merece o nome de vida) (Jornal A palavra , civilização 08 de maio de 1943:01).

A expressão “mentalidade moderna” se revestia de significado negativo, pois olhava e avaliava as cidades apenas pelo seu desenvolvimento material e pela adoção de hábitos “mundanos”, relacionados aos divertimentos noturnos que eram considerados degradantes. Vale ressaltar que, os argumentos para a crítica contra esta “mentalidade moderna”, no que diz respeito à valorização das cidades, se pautavam não só em doutrinas católicas e em preceitos morais defendidos pela Igreja, como no caso da vida boêmia, mas principalmente no abandono do “critério correto” de apreciar a urbe. Os críticos defendiam que as cidades deveriam ser avaliadas pelo seu desenvolvimento “cultural”, bem como pelos seus movimentos e estabelecimentos que cultivavam o saber erudito.

A “mentalidade moderna”, segundo o articulista, estava avaliando as cidades por critérios que feriam a vida moral, incentivando a “boêmia”, a vida noturna. Neste sentido, poderia ser analisada de imediato a construção de um discurso que culpava a sociedade moderna pelo aparecimento de tais locais e práticas boemias. No entanto, a estrutura geral do artigo parecia indicar que o intuito de quem o escreveu foi de instigar uma reflexão sobre a contradição desta “mentalidade” que, ao mesmo tempo em que incentivava e até “idolatra” a tecnologia, a ciência e a racionalidade, apreciava a cidade pelos aspectos negativos nela encontrados, deixando de lado a cultura (erudição), ou seja, a própria intelectualidade, a razão.

O artigo sugeria o que deveria ser prioridade na cidade: os locais onde se buscava conhecimento e a religião. Estes pontos foram apontados como mais importantes, mesmo sendo antagônicos aos “lugares da boêmia” da “pseudo-vida noturna”. Dessa forma, foi se delineando um ideal de cidade que não poderia ser de decadência econômica ou estagnação, assim como não deveria ser de aceitação de todas as mudanças sociais, inclusive em relação ao uso dos espaços urbanos, pois tais

mudanças destruiriam os princípios e valores católicos. A cidade poderia ser o espaço do “crescimento econômico” e dos “melhoramentos sanitários”; todavia, a “mentalidade moderna” nem sempre deveria acompanhar tais transformações.

A constante campanha e alerta católico contra a maneira de pensar da sociedade moderna não se estendeu à “modernização”, higienização e embelezamento de Belém. A instituição parecia acompanhar a tendência dos vários estudos que, desde o século XIX, tentavam apreender o sentido da modernidade vendo como dual as esferas instituintes desta: o modernismo ou a “mentalidade moderna” ligada às mudanças espirituais e a modernização ligada ao material:

Nossa visão da vida moderna tende a se bifurcar em dois níveis, o material e o espiritual: algumas pessoas se dedicam ao “modernismo”, encarado como uma espécie de puro espírito, que se desenvolve em função de imperativos artísticos e intelectuais autônomos; outras se situam na órbita da “modernização”, um complexo de estruturas e processo materiais, políticos, econômicos, sociais - que, em princípio, uma vez encetados, se desenvolvem por conta própria, com pouca ou nenhuma interferência dos espíritos e da alma humana.(BERMAN, 1968: 98).

Desta forma, a Igreja construiu a idéia da necessidade de aceitação por parte da sociedade, no que diz respeito a essa visão de vida moderna, promovendo mudanças que modernizassem a cidade, principalmente do ponto de vista sanitário, mas que renunciassem as que feriam as doutrinas católicas.

A vida moderna deveria ser “aperfeiçoada” e utilizar os benefícios técnicos¹², como se estes não fossem frutos de uma mudança no pensamento humano ou, como diriam os articulistas de “mentalidade”, como se estes elementos pudessem se dissociar. Para a Hierarquia católica, a “mentalidade moderna” ou os “modernismos” eram agentes nocivos e efêmeros, verdadeiros “modismos” que “atacavam” as “verdades divinas” defendidas pelo catolicismo.

¹² “11- das nossas palavras contra o materialismo do último século e do tempo presente, argumentaria mal quem deduzisse uma condenação do progresso técnico. Não; nós não condenamos o que é dom de Deus; o qual, como faz surgir o pão das leiras da terra, assim nos dias da criação do mundo escondeu nas entranhas mais profundas do solo tesouros de fogo, de metais, de pedras preciosas, afim de que um dia a mão do homem os escavasse para a sua necessidade, para as suas obras, para o seu progresso. A Igreja, mãe de tantas universidades da Europa, que ainda hoje exalta e reúne os mais ousados mestres das ciências, perscrutadores da natureza, não ignora porém que de todos os bens e até da liberdade, se pode fazer uso digno de louvor e de prêmio, ou pelo contrário de censura e condenação.” Conf. Documentos da Igreja 7, Pio XII (1939/1958). Tradução poliglota vaticana. São Paulo: Paulus, 1998. Carta Encíclica Summi Pon/tificatus. p.105.

Pensar a expressão “modernidade” no Brasil, sob a ótica da Igreja ou qualquer outra, leva inevitavelmente à reflexão de que esta idéia foi importada da sociedade europeia e que, além de se traduzir em um desenvolvimento do capitalismo, das forças produtivas e das técnicas, se pauta em mudanças sociais, intelectuais e políticas. Esta sociedade moderna tinha um projeto civilizatório etnocêntrico divulgado principalmente pelo movimento da ilustração e, mais tarde, pelo liberalismo. Os principais conceitos utilizados foram o universalismo, a autonomia e a individualidade.¹³

De acordo com ROUANET (1993) a respeito da autonomia intelectual, as sociedades liberais conseguiram democratizar, mais que em qualquer outro momento histórico, o acesso à educação; assim, a ciência tomou o lugar antes reservado à religião. Neste sentido, mesmo sem ter um alcance geral deste projeto, a Igreja se lançou contra ao que ela chamava de “modernismos”.

Partindo da compreensão de que a modernidade pressupunha um movimento interno que se desenvolveria naturalmente na sociedade, não se dando, portanto, por uma força externa a ela, pode-se inferir que esta não se realizou no país, já que os esforços em modernizar o Brasil sempre se deram pela ação de uma parte da sociedade. O que existiu, então, foram vários esforços e modelos de modernizações.(FAORO,1992).

Estas buscas por modernização chegaram à sociedade por meio de um toque condutor, privilegiando certos setores; ao contrário da modernidade que no seu processo comprometeu toda a sociedade. A palavra modernização ganhou, no século XIX, o sentido de europeização e/ou ocidentalização, tendo como paradigma as primeiras sociedades a se industrializarem:

¹³ O universalismo segundo ROUANET (1993) ESTA ligado à idéia de que todos os homens são iguais, independentes de fronteiras e culturas, não mais apenas perante Deus, como defendia o cristianismo. Surgia a idéia de que os povos estariam em estágios culturais diferentes, e todos teriam potencial para transitarem da selvageria para a civilização; ser civilizado partia do princípio de que estas sociedades deveriam estar sob a tutela da razão, ou seja, deveriam ser autônomas intelectualmente. Autonomia é o segundo conceito posto pela ilustração e que se refere mais especificamente à questão da religiosidade, pois estes deveriam ser aptos a pensar por si mesmo, sem tutela de nenhuma religião ou ideologia. O terceiro e último conceito, o da individualidade, se relaciona aos outros dois à medida que quer dar ao homem um caráter individualizante positivo, vendo-o não mais como parte de uma coletividade. Antes do contrato civil estes viveriam isolados e teriam se unido por uma questão utilitária; mesmo depois deste contrato a sociedade deve ser pensada como uma agregação mecânica de indivíduos, sendo este titular de direitos e obrigações, inclusive o direito à felicidade e à auto-realização. Da mesma forma, o cristianismo e a reforma já tinham estabelecido esta individualização em relação ao plano transcendente na relação do homem com Deus.

Desta forma, pode-se falar não em uma modernização, mas em modernizações brasileiras que foram impulsionadas por grupos de pessoas, não se irradiando enquanto força interna e não se incorporando à história. Cada projeto modernizador parece nunca ter existido quando um outro o sobrepõe. A modernização passou a ser vista como modelo de desenvolvimento, que deixa as suas marcas impressas na paisagem (FAORO, 1992).

Todavia, se a modernidade encarada como crescimento econômico e social não se realizou no Brasil, o mesmo não se pode falar no âmbito das idéias, no âmbito cultural e das sensibilidades. É neste sentido que a Igreja constantemente se referia à modernidade e alertava sobre os seus aspectos negativos. Entre eles, destacavam-se: o trabalho feminino fora do lar, a idéia de pensamento humano livre de qualquer tutela, as experiências revolucionárias (especialmente a russa, de 1917), a formação de novos espaços de sociabilidade (como o cinema e os bailes), entre outros. Também era visto como aspecto negativo da modernidade o próprio conteúdo dos filmes exibidos em cinemas que traziam “idéias perniciosas” para a sociedade, como o divórcio e o amor livre, ou seja, a união de duas pessoas fora do enlace matrimonial católico.

Cabe salientar que, para a Igreja, a expressão “modernidade” não foi bem compreendida como projeto amplo de “civilização”. A palavra foi pouco usada nos documentos oficiais do século XIX, nos quais eram apontados erros como a liberdade de imprensa¹⁴ e a liberdade de consciência, que não eram relacionados às mudanças estruturais vindas das descobertas tecnológicas que faziam parte deste projeto mais amplo chamado modernidade.

Já no fim do século XIX e início do século XX, se observava a necessidade por parte da instituição de entender tal projeto e as mudanças vindas com a sua concepção, no intuito de ganhar mais espaço frente às transformações. As expressões modernismo, mentalidade e sociedade moderna apareciam com frequência nos documentos deste

¹⁴ Os bispos Pio IX e Gregório XVI, em diversas encíclicas, alertavam que a imprensa deveria ser vigiada: “15- Nesse sentido encaminhou-se também aquela péssima, aborrecida e nunca por demais execrada liberdade de imprensa, ao divulgar escritos de qualquer gênero. Liberdade que alguns ousam invocar e promover com tanto clamor. Horrorizamo-nos, veneráveis irmãos, ao ver quanto nos oprime a extravagância de doutrinas, ou, mais precisamente, essa portentosa monstruosidade de erros, que se espalham e disseminam por todo lugar com essa verdadeira montanha de livros, opúsculos e pequenos escritos - pequenos no tamanho mas grandíssimo por malícia -, dos quais vemos com lágrimas nos olhos sair a maldição e inundar a inteira face da terra”. Conf. Encíclica Mirari vos. 15 de agosto de 1832. In: COSTA, Lourenço (org.). Documentos de Gregório XVI e Pio IX. Coleção documentos da Igreja 6. Tradução de Darci L. Marin. São Paulo: Paulus, 1999.

período, sempre relacionadas às dificuldades que a instituição vinha enfrentando para sobreviver em meio a tanta instabilidade. O que se buscava era assegurar certos princípios católicos e o espaço político e de influência:

A Igreja percebia o mundo moderno como sendo essencialmente maligno porque corroía essa fé devota e encorajava o culto a personalidade, do prestígio, do dinheiro e do poder. (...) A sociedade moderna também corroe um grande número de valores relacionados com a religião, tais como a família tradicional e o respeito pela autoridade(MAINWARING, 2004: 66).

A Igreja estava ancorada na dicotomia, iniciada no século XIX, entre a modernização e a modernidade, pois acreditava que a cidade, assim como o país, precisava se modernizar, sem, no entanto, viver espiritual e moralmente no “modernismo” ou em muito dos seus aspectos.

Em vários artigos, a Igreja paraense expressou não só a preocupação com a economia da região, que poderia trazer melhorias estruturais, como também observou diretamente o aspecto da cidade. A urbe que tais articulistas idealizavam não era aquela na qual se transitava, pois faltava saneamento básico: “Não se pode dizer que Belém seja uma cidade suja, mas não é uma cidade limpa, nem poderá sê-lo enquanto não tiver a sua rede de esgoto e os seus canais de drenagem de água”(Jornal A palavra, Ao Léo, 22 de maio de 1943:03). Além da falta de saneamento, havia animais domésticos que transitavam por toda parte livremente, dando à Belém um aspecto desagradável (Jornal A palavra, Ao Léo, 03 de abril de 1941:01). No mesmo artigo que ressaltava a presença inoportuna de tais animais, o assunto do saneamento da cidade foi novamente comentado:

“Já por várias vezes, nestas colunas, temos assertado que verdadeiramente benemérito seria o gestor da comuna belemense que dotasse de uma rede de esgoto a nossa bonita cidade, que, infelizmente, se mostra aos olhos alienígenas toda vestida de pomposa roupagens, mas aos nossos, que a vemos mais adentro. Ainda apresenta os gravíssimos defeitos de uma deficientíssima aparelhagem higiênica, decorrente da falta de esgotos, de calçamento, de limpeza pública e outras cositas...”.

A cidade “modelo”, além de combater a boêmia e todos os outros hábitos mundanos, precisava ser “limpa”. Faltava higiene e ordem não só nos bairros periféricos, mas também na área “central” (entenda-se por área central, além do centro comercial, a área privilegiada pelos melhoramentos urbanos durante a economia

gomífera). Portanto, as fontes sobre os problemas sanitários podem apontar para uma outra questão: o projeto de urbanização implementado na segunda metade do século XIX, que fez parte de um momento de prosperidade econômica, não conseguiu levar a todos os benefícios como água encanada e eletricidade. Embora os bairros periféricos tenham sido os menos privilegiados, a cidade não podia ser rigidamente dividida em territórios antagônicos.

Os lugares proibidos

De acordo com Penteado, até 1953 só existia um setor de distribuição de água encanada (construído em 1905), que atendia aos bairros da cidade velha, comércio e parte do reduto. Em 1960, essa companhia servia apenas metade dos moradores destes bairros; portanto, uma área bastante restrita tinha acesso a tal serviço. Neste mesmo período, o abastecimento de eletricidade também não era satisfatório; no entanto, até 1946, havia sido ainda mais circunscrito:

Apesar de já ter desaparecido, desde 1946, o deficiente serviço prestado à cidade pela “The Pará Electric Railway Company Limited”, a atual concessionária, uma empresa de economia mista (trata-se da “Forluz”, Fôrça de Luz do Pará S/A.), continua a enfrentar sérios problemas para o atendimento das solicitações que lhes são feitas, todavia, se hoje Belém é uma cidade razoavelmente bem iluminada, no período anterior ao ano de 1946 ela viveu, praticamente, às escuras e somente alguns trechos de suas principais avenidas possuíam deficiente iluminação, enquanto que o fornecimento domiciliar era muito precário(PENTEADO, 1968:409)

A falta de iluminação pode lembrar uma outra reflexão a respeito dos lugares proibidos ou que pelo menos teriam que ser usados com certa reserva. O cinema era um dos espaços que merecia muita atenção, pois nele principalmente os jovens poderiam ser influenciados, uma vez que este local, dependendo do filme que estaria reproduzindo, se constituiria em ambiente de “disseminação de pecados”.

As praias, clubes de danças, cafés e confeitarias também seriam “proibidos” se seus freqüentadores não zelassem pelo “pudor”. As mulheres eram sempre mencionadas com maior rigorosidade, pois deveriam primar pelo cuidado com o lar.¹⁵ A sua maior participação no espaço público era vista com “preocupação”:

¹⁵ Segundo ZAÍRA, 2000:79, o poder simbólico da divinização de Maria enquanto mãe pura e virgem se

Sedutora

Na sociedade moderna - diz Beni Carvalho - sobretudo na das metrópoles em que o cinema se arvorou ao mais eficiente meio de ministrar-se o aprendizado do despudor, da corrupção, do adultério, em que as praias de banho, os clubes, as confeitarias, a instituição das “baratinhas”, etc., representam a mais perfeita iniciação na arte de depravar, em que o “impróprio para menores” é letra morta, esse requisito da inexperiência poderia ser facilmente negado.

Uma moça que se diz honesta e recatada; que desconhece a maldade, conhecendo, no entanto o pudor, não precisa de esquivos lugares e as sombras frondosas mangueiras para manter conversação com os namorados. Estas, entre outras, foram as razões apresentadas todas pelo juiz de direito de ... vara criminal para eximir do crime de sedução, um rapaz que pecou com uma moça de dezoito anos.

Seria bom que lessem tais coisas todos os pais que teem filhas namoradeiras, como as que infestam as praças escuras e outros recantos escusos (Jornal A palavra, sedutora, 04 de março de 1945:01).

O juiz referido no sobredito artigo julgou um caso de “sedução” e não condenou o rapaz indiciado por tal crime, uma vez que a moça o encontrava em locais “escuros” e “impróprios”. Para ele, a sociedade influenciada pelo cinema da cidade, que contava com inúmeros locais de encontros que não deveriam ser freqüentados por “moças honestas”, era fruto da “modernidade”. Aos pais e às próprias jovens caberia o cuidado com tais “espaços proibidos”.

Dessa forma, o jornal usava estratégias para alertar os pais e até mesmo convencê-los de que precisavam ser vigilantes. A escuridão reapareceu como determinante em relação à proibição de locais da cidade, pois propiciava a falta de moralidade e impossibilitava a vigilância ao garantir o anonimato dos casais de namorados.

Para a Igreja, a chamada “mentalidade moderna” invadia os locais de lazer que já existiam, como as praias e praças, e contribuía para que outros fossem construídos, como os cafés, clubes e salas de cinema, nos quais os valores religiosos nem sempre eram observados. Mas esta mentalidade ocupava também outros lugares, “invadindo” a política, as escolas e “ameaçando” a sobrevivência da Igreja. Neste sentido, a hierarquia católica reagiu no século XX, chamando os fiéis a formarem um “exército” para a luta em sua defesa e de seu espaço de influência em meio às mudanças sociais.

estende à imagem das “mães Cristãs”, invadindo as consciências católicas, imprimindo na imagem da mulher esposa e mãe abnegada uma cópia da divindade de “nossa senhora” com uma superioridade espiritual em relação aos homens.

Bibliografia

ALMEIDA, Cláudio Aguiar. *Meios de comunicação católicos na construção de uma ordem autoritária: 1907/1937*. Tese de Doutorado, Universidade de São Paulo, 2002.

ARY, Zaíra. *Masculino e feminino no imaginário católico: da Ação Católica à teologia da libertação*. São Paulo: Annablume, 2000.

BERMAN, Marshall. *Tudo que é sólido desmancha no ar: a aventura da modernidade*. Tradução de Carlos Felipe Moises e Ana Maria Lioriatti. São Paulo: Companhia das letras, 1986.

BRUNEAU, Thomas. *O catolicismo brasileiro em época de transição*. São Paulo: Loyola, 1974.

CALVINO, Ítalo. *As cidades invisíveis*. Tradução de Diogo Minardi. São Paulo: Companhia das letras, 1990.

CHOAY, Françoise. *O Urbanismo: utopias e realidades uma antologia*. São Paulo: Perspectiva, 1998.

FAORO, Raymundo. *A questão nacional: a modernização*. In: Revista estudos Avançados. vol.6. n.14. Universidade de São Paulo, janeiro/abril de 1992.

FARIAS, Damião Duque. *Em defesa da ordem - aspectos da práxis conservadora católica no meio operário em São Paulo (1930-1945)*. São Paulo: HUCITEC, 1998.

FONTES, Edilza Joana de Oliveira. *Mulher na padaria dá problemas de amores*. In: D'INCAO, M. A.; SILVEIRA, I.M. da (orgs). *A Amazônia e a crise da modernização*. Coleção Eduardo Galvão. Belém, Pará: MPEG, 1995.

_____. *O pão nosso de cada dia, trabalhadores industria de panificação e a legislação trabalhista Belém (1940-1954)*. Belém: Paka-Tatu, 2002.

FOUCAULT, Michel. *Microfísica do poder*. Organização e Tradução de Roberto Machado. Rio de Janeiro: Graal, 1979.

LE GOFF, Jacques. *Documento/monumento*. In: História e memória. São Paulo: UNICAMP, 1992.

MAINWARING, Scott. *A Igreja católica e a política no Brasil (1916/1985)*. Tradução de Heloisa Braz de Oliveira Prieto. São Paulo: Brasiliense, 2004.

MATOS, Maria Izilda Santos de. *Trama e Poder: trajetória e polêmica em torno das indústrias de sacaria para o café (São Paulo 1888-1934)*. Rio de Janeiro: 7 Letras, 1996.

_____. *Por uma história da mulher*. Bauru, SP: EDUSC, 2000.

_____. *Cotidiano e cultura: história, cidade e trabalho*. Bauru, SP: EDUSC, 2002.

PENTEADO, Antonio Rocha. *Belém - Estudos de geografia urbana*. Coleção Amazônia, série José Veríssimo. Universidade Federal do Pará, 1968.

ROUANET, Sergio Paulo. *Mal-estar na modernidade: ensaios*. São Paulo: Companhia das letras, 1993.

SARGES, Maria de Nazaré. *Belém: Riquezas produzindo a Belle-Époque (1870-1912)*. Belém: Paka-Tatu, 2000.

• Encíclicas Papais

“Sertum laetitiae”, por Pio XII em 01 de novembro de 1939. In: COSTA, Lourenço (org.). Documentos de Pio XII. Coleção documentos da Igreja 7. Tradução poliglota vaticana. São Paulo: Paulus, 1998.

• Periódicos

Jornal “A Palavra” (Arquidiocese de Belém) 1939/1947

- *O ídolo do progresso*. 20 de junho de 1940. p.1.
- *O problema de hoje e de amanhã*. 20 de junho de 1940. p.1.
- *Sem título*. 29 de agosto de 1940. p.1.
- *O cinema*. 24 de outubro de 1940. p.1.
- *Ao léo*. 21 de novembro 1940. p.1.
- *Ao léo*. 3 de abril de 1941. p.1.
- *Sem título*. 01 de maio de 1941. p.17.
- *Ao léo*. 15 de maio de 1941. p.1.
- *Civilização*. 08 de maio de 1943. p.1.
- *Ao léo*. 22 de maio de 1943. p.3.